



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 037 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE ABRIL DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 037

35ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Mensagem 03

Ofícios 08

Indicações 08

Requerimentos 09

Projetos de Lei 14

Projetos de Lei Complementar 16

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 17

Liderança do Governo

Dep. Luiz Cláudio Romanelli 18

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão / Votação:

2ª Discussão (Votação em) 22

Redação Final 23

3ª Discussão 23

2ª Discussão 23

1ª Discussão 23

Requerimentos 24

Encerramento da Sessão 27

DIÁRIO Nº 037

35ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

30 DE ABRIL DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti,

Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mamede, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Rui Hara, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (36).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Ademir Traiano, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Elton Welter, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Reni Pereira, Ribas Carli Filho e Stephanes Júnior (17).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Mensagem***

MENSAGEM Nº 015/07

Curitiba, 26 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que visa estabelecer índices e critérios para reajustar os vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná, cumprindo o inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual em relação à revisão geral anual. Só agora a iniciativa é viável, uma vez que o Governo do Estado cumpriu, perante o funcionalismo público estadual, a tarefa de reestruturar todas estas carreiras, aproximando-as em termos de tratamento remuneratório e desenvolvimento, no atendimento estrito do que também determina a CE em seu artigo 33.

Esta lei alcança apenas as carreiras estatutárias, pois empresas e sociedades de economia mista têm data base e dissídio assegurado por acordo coletivo no Ministério do Trabalho, à exceção do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

Os Cargos em Comissão e os Contratos de Regime Especial - CREs, e outras funções temporárias, por força legal, não são objeto de revisão nesta oportunidade. Deverão ter tratamento específico na medida em que as finanças públicas assim o permitirem e possibilitem reajustamento mediante ato do Poder Executivo.

Adotou-se como índice, neste ano, para a revisão geral anual, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tal índice é utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação, adotado a partir de julho de 1999 para o balizamento da política monetária.

Está sendo produzido desde 1980, refletindo a variação dos preços das cestas de consumo das famílias urbanas com recebimento mensal de 1 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de renda.

Abrange nove regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, e inclui Brasília (Distrito Federal) e o município de Goiânia, o que corres-

ponde a mais de 35% (trinta e cinco por cento) da população do país.

É calculado do primeiro ao último dia do mês (30 dias), a partir de 200.000 cotações de preços de um cadastro de 1.360 produtos e serviços - que é permanentemente atualizado com o objetivo de acompanhar a dinâmica de mercado - em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, domicílios e concessionárias de serviços públicos, onde os preços obtidos são os efetivamente cobrados ao consumidor, para pagamento à vista.

A variável de ponderação do IPCA é o "Rendimento Familiar Monetário Disponível" (Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - 2002/2003). (Fonte: IBGE).

Assim, a metodologia utilizada para a correção do poder de compra do vencimento básico de cada carreira foi:

1. tomou-se por base temporal de incidência a última lei que consolidou o vencimento básico ou a remuneração;

2. a partir das datas das implantações das leis das respectivas carreiras, calculou-se o IPCA acumulado até abril de 2007, conforme demonstrado no Quadro I;

3. do resultado obtido no item 2, foi estabelecido como índice geral de reajuste o percentual de 3,14% (três vírgula quatorze por cento), correspondente ao menor índice a ser concedido a todas as categorias. No Quadro II está demonstrada a aplicação e respectivo custo desta revisão geral;

4. os índices de contemplação foram obtidos após a dedução do índice geral de correção 3,14% (três vírgula quatorze por cento), resultando num saldo a ser aplicado a cada uma das carreiras, quando for o caso.

No Quadro III está demonstrado o custo total da implantação das correções, bem como o impacto total na folha de pagamento do Poder Executivo, considerando ativos, inativos e pensionistas, excetuando-se a EMATER cujo impacto será somente para os servidores ativos.

Com isso, fica evidenciado que a proposta ora submetida à Assembléia Legislativa trata tão somente de correções salariais e índices de reposição, não abrangendo qualquer tipo de alteração na estrutura remuneratória das carreiras, também em observância aos artigos 37, X da Constituição Federal e 27, X da Constituição Estadual.

Ressalte-se que o impacto total da implantação será diluído ao longo do exercício de 2007, respeitando-se a capacidade financeira e de arrecadação do Tesouro do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica concedido o índice geral de 3,14% (três vírgula quatorze por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico, com o consequente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, a todas as carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X do Artigo 27 da Constituição Estadual.

Art. 2º Fica também concedido índice complementar de correção de acordo com os demonstrativos percentuais constantes do Anexo Único desta lei.

§ 1º O índice complementar de correção de que trata o presente artigo corresponde à incidência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, desde a data da consolidação dos planos de carreira ou de reestruturação de tabelas estabelecidos por lei, até o mês de abril de 2007.

Art. 3º O disposto nesta lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras do Poder Executivo e aos servidores ativos integrantes da Carreira Técnica de Extensão Rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

Art. 4º O disposto nesta lei não se aplica às empresas públicas, sociedades de economia mista, entes de cooperação econômica, aos Contratos de Regime Espe-

cial - CREs, aos cargos de provimento em comissão e a outras funções temporárias.

Art. 5º A aplicação dos índices fixados nos artigos 1º e 2º e a implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, ao longo do exercício de 2007.

Parágrafo Único - Ato do Chefe do Poder Executivo fará publicar as tabelas salariais contendo os índices aplicados e a data de vigência.

Art. 6º Caberá à Procuradoria Geral do Estado - PGE tomar as providências necessárias para que sejam considerados e compensados os índices concedidos por esta lei em processos de mesma natureza que estejam em trâmite na esfera judiciária.

Art. 7º Fica instituída a data de 1º de Maio de cada ano para a revisão geral anual, atendidos os mesmos critérios e limitações de ordem orçamentária, financeira e de responsabilidade fiscal referidas no artigo 5º e seu parágrafo único.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros de acordo com o disposto no artigo 5º e o seu parágrafo único.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO ÚNICO DA LEI CUSTO DE REPOSIÇÃO LINEAR PARA QUADROS COM DEFASAGEM				
Quadros	Período a ser considerado após reestruturação ou concessão	Índice Geral Artigo 1º	Índice de complementação (diferença do IPCA art. 2º)	IPCA acumulado após a lei de implantação
Auditor Fiscal	Mai/05 à Abr/07	3,14%	4,61%	7,90%
IAPAR	Jul/06 à Abr/07	3,14%	0,09%	3,24%
IES - Administração	Mai/06 à Abr/07	3,14%	---	3,14%
IES - Docentes	Out/05 à Abr/07	3,14%	3,33%	6,57%
Procurador	Ago/06 à Abr/07	3,14%	---	3,14%
Advogados	Jan/03 à Abr/07	3,14%	26,33%	30,29%
Quadro Próprio dos Peritos Oficiais	Jan/06 à Abr/07	3,14%	4,61%	7,90%
Quadro Próprio da Polícia Civil	Jan/06 à Abr/07	3,14%	1,63%	4,82%
Delegados	Ago/06 à Abr/07	3,14%	---	3,14%

ANEXO ÚNICO DA LEI CUSTO DE REPOSIÇÃO LINEAR PARA QUADROS COM DEFASAGEM				
Quadros	Período a ser considerado após reestruturação ou concessão	Índice Geral Artigo 1º	Índice de complementação (diferença do IPCA art. 2º)	IPCA acumulado após a lei de implantação
Polícia Militar	Jan/06 à Abr/07	3,14%	1,63%	4,82%
Quadro Único de Pessoal	Abr/04 à Abr/07	3,14%	13,48%	17,04%
Quadro Próprio do Magistério	Abr/04 à Abr/07	3,14%	13,48%	17,04%
Quadro Próprio do Poder Executivo	Abr/06 à Abr/07	3,14%	0,19%	3,34%
EMATER	Jul/06 à Abr/07	3,14%	0,09%	3,14%

QUADRO I		
Quadros Ativos	Período após reestruturação	Percentual acumulado após reestruturação
Auditor Fiscal	Mai/05 à Abr/07	7,90%
IAPAR	Jul/06 à Abr/07	3,24%
IES - Técnico	Mai/06 à Abr/07	3,12%
IES - Docentes	Out/05 à Abr/07	6,57%
Procurador	Ago/06 à Abr/07	3,04%
Advogados	Jan/03 à Abr/07	30,29%
Quadro Próprio dos Peritos	Mai/05 à Abr/07	7,90%
Quadro Próprio da Polícia Civil	Jan/06 à Abr/07	4,82%
Delegado	Ago/06 à Abr/07	3,04%
Polícia Militar	Jan/06 à Abr/07	4,82%
Quadro Único de Pessoal	Abr/04 à Abr/07	17,04%
Quadro Próprio do Magistério	Abr/04 à Abr/07	17,04%
Quadro Próprio do Poder Executivo	Abr/06 à Abr/07	3,34%
EMATER	Jul/06 à Abr/07	3,24%

QUADRO II DEMONSTRATIVO DE CUSTO DA REPOSIÇÃO GERAL		
Quadros Ativos	Qtde Cargos	Custo Reposição 3,14
Auditor Fiscal	1.042	329.999,46
IAPAR	774	85.597,75
IES - Administrativo	8.443	528.251,95
IES - Docentes	5.123	601.509,78
Procurador	152	59.795,96
Advogados	155	40.707,40
Quadro Próprio dos Peritos Oficiais	298	43.466,01
Quadro Próprio da Polícia Civil	3.076	183.935,29
Delegados	363	122.926,98
Polícia Militar	17.509	1.175.860,81
Quadro Único de Pessoal	96	2.195,96
Quadro Próprio do Magistério	56.953	2.641.456,76
Quadro Próprio do Poder Executivo	30.915	2.045.643,25
EMATER	1.137	130.334,77
Total Mensal Reposição Ativos	126.036	7.991.682,16
Total Anual da Reposição até Dezembro de 2007 Incluindo 13º (Ativos)		71.925.139,45
Total Mensal da Reposição (Inativos e Geradores de Pensão)	81.216	4.808.616,72
Total Anual da Reposição até Dezembro de 2007 Incluindo 13º (Inativos e Geradores de Pensão)		43.277.550,48
Total Geral Mensal da Reposição (Inativos e Geradores de Pensão)	206.115	12.800.298,88
Total Anual da Reposição até Dezembro de 2007 Incluindo 13º (Ativos, Inativos e Geradores de Pensão)		115.202.689,93

QUADRO III CUSTO DE RESPOSIÇÃO LINEAR PARA QUADROS COM DEFASAGEM					
R\$ 1,00					
Quadros Ativos	Qtde Cargos	Custo Da Folha mar/07	Custo Reposição 3,14%	Saldo% após 3,14%	Custo Saldo
Auditor Fiscal	1.042	10.509.536,97	329.999,46	4,61%	500.191,44
IAPAR	774	2.726.043,06	85.597,75	0,09%	2.599,43
IES - Administrativo	8.443	16.823.310,65	528.251,95	---	0,00
IES - Docentes	5.123	19.156.362,51	601.509,78	3,33%	657.470,97
Procurador	152	1.904.330,05	59.795,96	---	0
Advogados	155	1.296.414,10	40.707,40	26,33%	352.024,68
Quadro Próprio dos Peritos Oficiais	298	1.384.267,74	43.466,01	4,61%	65.882,91
Quadro Próprio da Polícia Civil	3.076	5.857.811,83	183.935,29	1,63%	98.576,69
Delegados	363	3.914.872,00	122.926,98	---	0
Polícia Militar	17.509	37.447.796,40	1.175.860,81	1,63%	630.180,65
Quadro Único de Pessoal	96	69.934,91	2.195,96	13,48%	9.721,61
Quadro Próprio do Magistério	56.953	84.122.826,67	2.641.456,76	13,48%	11.693.867,00
Quadro Próprio do Poder Executivo	30.915	65.147.874,11	2.045.643,25	0,19%	129.080,75
EMATER	1.137	4.150.789,00	130.334,77	0,09%	8.134,14
Total Ativos	126.036	254.512.170,00	7.991.682,14		14.147.730,27
Inativos e Pensionistas (FF)	78.687	151.935.570,00	4.770.776,90		7.140.713,25
Pensões SIP	2.529	1.205.090,00	37.839,83		
Ativos (+) Inativos e Pensionistas (FF)	207.252	407.652.830,00	12.800.298,87		21.288.443,52
Encargos		12.164.850,71	381.976,31		669.367,84
Total com Encargos		419.817.680,71	13.182.275,18		21.957.811,36
Custo da Reposição de 3,14% Mais Custo Saldo					35.140.086,54
Impacto Geral em Folha de Pagamento					7,48%

QUADRO IV			
Quadros Ativos	Lei da da reestruturação	Datas a partir de	Vigência prevista na lei
Auditor Fiscal	Resolução 036/SEFA de 12.04.05	Maio de 2005	A partir da data de publicação
IAPAR	Lei 15179 de 30.06.06	Julho de de 2006	A partir da data de publicação
Instituições de Ensino Superior -Técnico	Lei 15050 de 12.04.06	Maio de 2006	A partir da data de publicação
Instituições de Ensino Superior - Docentes	Lei 14825 de 12.09.05	Outubro de 2005	A partir da data de publicação
Procurador	Lei 15170 de 21.06.06	Agosto de 2006	1ª parcela julho/06; 2ª parcela agosto
Advogados		Janeiro de 2003	
Quadro Próprio dos Peritos	Lei 14678 de 06.04.05	Maio de 2005	A partir da data de publicação
Polícia Civil	Lei Complementar 114 de 21.12.05	Janeiro de 2006	A partir da data de publicação
Delegado	Lei 15169 de 21.06.06	Agosto de 2006	1ª parcela julho/06; 2ª parcela agosto
Polícia Militar	Lei 14961 de 21.12.05	Janeiro de 2006	Em 7 parcelas janeiro a julho/06
Quadro Próprio do Magistério/Quadro Único	Lei Complementar 103 de 115.03.04	Abril de 2004	A partir da data de publicação
Quadro Próprio do Poder Executivo	Lei 15044 de 30.03.06	Abril de 2006	Ag. apoio em maio/06; execução junho/06
EMATER	Lei 15171 de 21.06.06	Julho de 2006	A partir da data de publicação

Ofício

Sob o nº CTL/CC 062/07 do Sr. Rafel Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 538/06 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 085/07

SÚMULA:

Propõe doação de materiais a serem utilizados na operação tapa buraco entre a Prefeitura Municipal de Jacarezinho e a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná para calçamento de rua.

Ao Exmo. Sr. Rogério Walbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Sr. Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A doação de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) litros de emulsão asfáltica, tipo RL-C1, e de 1.800 (mil e oitocentos) m3 de pó de pedra, a serem aplicados na construção de leito de asfalto, para realização da operação tapa buracos nas ruas da cidade.

2 - A solicitação justifica-se em virtude de que o município de Jacarezinho, Estado do Paraná, tem encontrado grandes dificuldades para manter em condições de tráfego a sua malha asfáltica. A vida útil do pavimento está vencida, o que ocasiona a existência de inúmeras falhas (buracos) em praticamente todas as ruas da cidade. É bem sabido que a trafegabilidade é essencial para a segurança do munícipe, tanto para os condutores de automóveis como para os pedestres e ciclistas.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 086/07

SÚMULA:

Propõe construção de cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Manoel Sebastião Gonçalves do município de Tomazina.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A construção de cobertura em quadra poliesportiva da Escola Estadual Manoel Sebastião Gonçalves, do município de Tomazina

A presente indicação visa propiciar aos alunos e corpo docente, uma melhoria na qualidade de ensino, principalmente nas aulas de educação física que requerem atividades esportivas e recreativas fora das salas de aula, onde os alunos estariam protegidos das intempéries, pois os alunos, em dias chuvosos ficam confinados e sem atividades correlatas dentro das salas de aula.

Esta infra-estrutura propiciaria à escola condições para o funcionamento regular das atividades, dando possibilidade à viabilização de vários projetos que requerem a referida cobertura, como atenderia o interesse da população local para outras atividades de interesse sócio-educacional.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 087/07

SÚMULA:

Solicita ao Secretário de Estado da Educação a cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Presidente Kennedy, em Maringá.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando do mesmo a cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Presidente Kennedy, em Maringá.

Cabe salientar que a signatária protocolizou requerimento em fevereiro de 2007, solicitando essa providência.

Trata-se de reivindicação da comunidade, haja vista a importância das atividades esportivas na qualidade de vida dos alunos do referido colégio.

Conforme correspondência da Direção do Colégio Estadual Presidente Kennedy, aquela instituição atende mais de 900 (novecentos) alunos, os quais ficam expostos a sol e chuva durante as atividades físicas. É lamentável que Maringá e o Paraná ainda tenham que conviver com essa situação desfavorável ao desenvolvimento integral dos jovens nas escolas.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1050

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1032

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a votação nominal para o Projeto de Lei nº 113/07, item 01 da Ordem do Dia, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Audiência Pública, no Plenarinho, na data de 05 de junho de 2007.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz em atendimento ao pedido que recebemos da RECBRAS - Associação Brasileira dos Recicladores.

Na audiência serão discutidos assuntos de relevante valor social e econômico para o segmento da reciclagem, como o Decreto Lei nº 14647 e o Dia Estadual da Reciclagem.

Nesta ocasião estaremos contando com a ilustre presença do Presidente desta entidade, Sr. Francisco de Assis Stahlschmidt Júnior, bem como a participação dos associados.

REQUERIMENTO Nº 1016

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Solange de Oliveira Franco, aos 52 anos de idade, ocorrido no dia de hoje, na cidade de Curitiba.

Requerem, também, após decisão do Plenário desta Casa de Leis, envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(aa) RIBAS CARLI FILHO
ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1017

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar aos familiares da Sra. Solange Pereira Alves de Oliveira Franco, pelo falecimento ocorrido em 25 de abril do presente ano.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. João Manoel de Oliveira Franco acerca do voto em apreço, sito na Rua Gumerindo Marés, 150, casa 1, Vista Alegre das Mercês, Curitiba, estado do Paraná, CEP: 80810-220.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1035

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, o envio de votos de pesar e de solidariedade à família pelo falecimento do Sr. Rubens Tuma Júnior, ocorrido na tarde deste domingo, dia 29.

Rubens Tuma Júnior tinha 52 anos e era um dos mais renomados colunistas sociais da região dos campos gerais, tendo atuado em diversos veículos da imprensa local. Atualmente escrevia para o jornal Diário da Manhã, de Ponta Grossa. Nos últimos 30 anos organizou e participou de eventos importantes da região sempre registrando momentos especiais, deixando mais alegres as páginas dos jornais.

Requer ainda que seja dada ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Salomão Tuma, 86, Bairro Estrela, CEP: 84050-110, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 1019

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de voto de congratulações ao Prefeito Municipal de Arapuã, Deodato Matias e familiares, pela comemoração das Bodas de Diamante - 60 anos - de seus pais João Matias e Adília Kürten Matias.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente à família no endereço: Prefeitura Municipal de Arapuã - Rua Café Filho, s/n - CEP: 86884-000.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 1030-A

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao

Sr. Darci Piana, pela reeleição à Presidência do Sistema FECOMÉRCIO/SESC/SENAC.

A eleição ocorreu no último dia 27 de abril, em Curitiba, com 54 votos dos 59 sindicatos filiados.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1031

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à nova Diretoria do Conselho da Liga Paranaense de Combate ao Câncer - Hospital Erasto Gaertner.

Conforme comunicado do Presidente, Sr. Dr. Luiz Antonio Negrão Dias, a nova Diretoria, eleita em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de abril de 2007, ficou assim constituída:

Presidente do Conselho de Administração da LPCC - Dr. Luiz Antonio Negrão Dias.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da LPCC - Dr. Agenor Ferreira da Silva Filho.

Secretário Geral do Conselho de Administração da LPCC - Edmundo Kusters.

Secretário Adjunto do Conselho de Administração da LPCC - Dr. João Antônio Guerreiro.

Superintendência - Dr. Flávio Daniel Saavedra Tomasich.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1034

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à BR PETROBRAS e à LIQUIGAS.

Está em fase de implantação, na fábrica de asfaltos da BR PETROBRAS, em Ponta Grossa, no Bairro Oficinas, o projeto para uso de GLP (gás liquefeito de petróleo) em substituição ao óleo combustível, para queima em caldeiras e reatores. Este projeto foi desenvolvido em parceria com a LIQUIGAS Distribuidora S/A, subsidiária da PETROBRAS Distribuidora, pela necessidade de avançar tecnologicamente na redução da emissão de poluentes na atmosfera, visto que a localização desta unidade da BR está em área tanto residencial quanto comercial.

Com a implantação do GLP reduzir-se-á em muito o índice de poluentes e vem de encontro com um dos objetivos de ambas empresas: a responsabilidade social e ambiental.

Requeremos, também, que a decisão do presente, seja comunicada aos senhores:

PETROBRAS - engenheiro Guilherme Edel, Gerente Geral de Asfaltos; engenheiro Joel Tomaz Ribeiro, Supervisor da FASPAR e Helio Figura, Coordenador de Produção da FASPAR;

LIQUIGÁS - Ubiratan Clair, Diretor Granel; Mônica de Souza Nemmer, Gerência Mercado Sul Granel; engenheiro Luiz Henrique Manginelli, Gerência Paraná Granel; Augusto Pintor dos Reis, Consultor Comercial Granel Campos Gerais; os técnicos Nelson More e Alceu da Silva Bartezi e o engenheiro Luciano Cortinhas Júnior, Coordenador Técnico Paraná.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1048

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao jornal Diário dos Campos, alusivos aos 100 anos de sua fundação, comemorado no dia 27 de abril, em homenagem aos relevantes serviços prestados na imprensa de Ponta Grossa e de toda a região dos campos gerais.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Wilson Souza de Oliveira - Diretor do jornal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Prudente de Moraes, 10 - CEP 84040-150 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O jornal Diário dos Campos tem desde sua fundação se firmado como um jornal sério, comprometido com as questões mais importantes do Paraná, lutando a cada dia pela informação respaldada na credibilidade de suas informações, com uma diversidade de temas, noticiário abrangente e interessante aos seus fiéis leitores, sempre pautando-se pela ética na prestação da informação.

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente:

O Deputado Reinhold Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Sra. Louise Rainer Pereira Gionédís.

Justifica-se o pleito em homenagem ao lançamento de sua obra "Liminares - Aspectos Práticos".

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1025

Senhor Presidente:

O Deputado Reinhold Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Dra. Aline Welp.

Justifica-se o pleito em homenagem à Dra. Aline Welp, pela sua eleição ao cargo de Delegada da Caixa de Assistência dos Advogados da cidade de Rio Negro, Paraná.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1026

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à ParanaPrevidência, na pessoa de seu Diretor de Administração Sr. Newton Gomes Rocha Júnior.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A ParanaPrevidência com iniciativa pioneira de sua Diretoria Administrativa, conquistou o reconhecimento da conformidade do seu Sistema de Gestão da Qualidade com a Norma Brasileira ISO 9001/2000, uma das primeiras do Brasil, no que tange aos serviços de Concessão de Manutenção de Benefícios Previdenciários aos Servidores Públicos do Estado do Paraná e seus Dependentes.

A busca da melhoria continua da instituição levou o Conselho Diretor a tomar a decisão estratégica de implantar a Qualidade ISO 9001/2000 na ParanaPrevidência, no final de 2005, o que permitiu implementar uma ferramenta denominada Sistema de Gestão da Qualidade.

Assim, desde o final de 2005 até o início de 2007, foi desenvolvido o sistema de gestão da qualidade - com foco na satisfação da clientela - e implementado com o apoio de consultoria e de colaboradores internos nos mais diversos papéis (membros de comitê da qualidade, facilitadores, auditores internos e usuários).

A abrangência do sistema de gestão da qualidade considerou somente as áreas afins da instituição, isto é, aquelas envolvidas diretamente com a concessão e manutenção de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões.

Foi aprovada uma política da qualidade, que assim se enuncia: *Garantir benefícios previdenciários aos servidores públicos do Estado do Paraná e seus dependentes, com o comprometimento com o atendimento à legislação vigente, estatuto, regimento interno e com a melhoria contínua da eficácia do sistema de gestão da qualidade.*

Diversos documentos foram produzidos pelos colaboradores, com base nos requisitos da norma ISO 9001/2000. Entre eles se destacam: o manual da qualidade; os procedimentos para as diversas áreas de atuação da instituição; e o planejamento da qualidade, feito a partir da definição de objetivos, metas e ações a serem desenvolvidas.

Entre os objetivos da qualidade destaca-se o projeto de interiorização dos serviços da instituição, o qual demandará os mais diversos esforços e insumos - entre eles os de recursos humanos e os da tecnologia da informação.

Os procedimentos da qualidade foram elaborados pelos colaboradores que executam as atividades-fim da instituição, nos quais aparecem, inclusive, os registros necessários para evidenciar a qualidade de realização dos serviços e possibilitar condições de futura rastreabilidade.

A satisfação dos clientes da ParanaPrevidência também está contemplada no sistema de gestão da qualidade e é monitorada por meio de pesquisas diárias, conduzidas pela Central de Atendimento e Call Center da instituição, as quais são tabuladas e os comentários dos clientes são registrados em relatórios trimestrais, para análise do comitê de qualidade.

Auditorias internas e externas foram e serão realizadas com a finalidade de avaliar a conformidade da qualidade do que foi executado com o que está previsto nos documentos. Os relatórios de auditorias ensejam ações corretivas e preventivas, com vistas à melhoria organizacional.

Além disto, trimestralmente são realizadas reuniões de análise críticas pelo comitê da qualidade, com vistas à melhoria contínua da organização, nas quais são tomadas decisões com base nos relatórios de satisfação dos clientes e nos indicadores da qualidade, que podem levar a ações corretivas e preventivas.

Os indicadores da qualidade são produzidos a partir dos dados fornecidos pelas diversas áreas e permitem acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos para atingir as metas e objetivos formulados.

A ParanaPrevidência, após ter passado pelas auditorias conduzidas pelo TECPAR CERT, ultimou suas providências para receber a certificação ISO 9001/2000 e, agora, se prepara para a continuidade da melhoria organizacional na prestação de serviços à sua clientela.

REQUERIMENTO Nº 1027

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Aládia Miozzo Zuffo e Diamantino D. Zuffo, pela celebração de Bodas de Ouro, completando assim, 50 anos de feliz união conjugal, que serão festejados no próximo dia 05 de maio de 2007, no distrito de Dez de Maio, município de Toledo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná compartilha da felicidade e alegria do casal, apresentando seus votos de louvor, congratulações e também muito aplauso, extensivos aos filhos, netos, genros e todos os familiares.

Cumprimentos também à comunidade de Dez de Maio, pelo ilustre casal de pioneiros que ao longo dos anos muito trabalhou e ainda participa ativamente da vida comunitária, pelo que são reconhecidos e respeitados pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadãos responsáveis e preocupados com tudo que diz respeito ao bem coletivo.

Requer ainda, que seja oficiado ao casal a decisão desta Casa, no endereço: distrito de Dez de Maio - Toledo/PR, CEP: 85920-000.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1036

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Lourival Giansante.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Lourival Giansante, pelos trabalhos sociais realizados pelo mesmo na região oeste do Paraná, em especial em Cascavel, onde participa da equipe da Rádio Colméia sempre com competência, dinamismo e dedicação.

REQUERIMENTO Nº 1037

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Robson Nassif Ribas.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Robson Nassif Ribas, por ocasião de sua posse, como Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Rio Negro, para a gestão de 2007/2009.

REQUERIMENTO Nº 1038

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Diretoria de Cultura do Clube Curitibano.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Diretoria de Cultura do Clube Curitibano, por ocasião da inauguração das novas instalações da Biblioteca Arildo José de Albuquerque e abertura do Espaço Infantil Monteiro Lobato.

REQUERIMENTO Nº 1039

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, ao Dr. José Valmor Ribeiro Nardes.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. José Valmor Ribeiro Nardes, por ocasião de sua posse, como Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Rio Negro, para a gestão 2007/2009.

REQUERIMENTO Nº 1040

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e con-

gratulações a Sra. Daniela Pedroso.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Daniela Pedroso, por ocasião do lançamento do livro Poty: Murais Curitibanos.

REQUERIMENTO Nº 1041

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Ricardo Gonçalves Furquim.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Ricardo Gonçalves Furquim, por ocasião de sua posse como Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Rio Negro, para a gestão 2007/2009.

REQUERIMENTO Nº 1043

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Dra. Tânia Regina Bauer.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Tânia Regina Bauer, por ocasião de sua posse como Secretária Adjunta da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Rio Negro, para a gestão 2007/2009.

REQUERIMENTO Nº 1044

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Dra. Fabiane Cristina P. Jurquevicz.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Fabiane Cristina P. Jurquevicz, por ocasião de sua posse como Tesoureira da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Rio Negro, para a gestão 2007/2009.

REQUERIMENTO Nº 1045

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Luiz Antonio Negrão Dias.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Luiz Antonio Negrão Dias, por ocasião de sua reeleição para o cargo de Presi-

dente do Conselho de Administração da Liga Paranaense de Combate ao Câncer.

Destacamos a sua dedicação na área da saúde, em especial ao Hospital Erasto Gaertner, prestando relevantes serviços em prol da comunidade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1046

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Sra. Wanda Cristina Mendes Camargo.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Wanda Cristina Mendes Camargo, por sua importante contribuição na área da educação.

Destacamos sua brilhante atuação, como Diretora Acadêmica, da UNIBRASIL - Faculdades Integradas do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 1021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Dom Pedro II, de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual dom Pedro II conta com 1600 alunos, entre os ensinamentos fundamental e médio.

É imprescindível a construção de uma quadra coberta, tendo em vista que a região é uma das mais quentes do estado e servirá para melhor atender os alunos, proporcionando um local apropriado para a realização de atividades físicas.

Referido pedido beneficiará alunos que fazem parte dos Bairros: Morumbi I, II, III, IV, Portal, Jardim Dona Leila, Primeiro de Maio, COHAPAR, COHIGUAÇU, Vila Borges, Jardim Europa e outros.

REQUERIMENTO Nº 1020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, Sr. Sílvio Crestana, solicitando informações sobre o imóvel ora ocupado pela referida empresa, no município de Ponta Grossa, situado na Rodovia do Talco e medindo 3.970 hectares de área.

- A quem pertence esta área?

- Em qual cartório (cidade), foi lavrada a escritura do imóvel?

- Em qual Cartório de Registro de Imóveis (cidade e número da circunscrição), encontra-se o registro atualizado deste imóvel?

- Porque a EMBRAPA aceitou a proposta de compra do imóvel em 2004, e até agora esta venda não se efetivou?

Ocorre que, segundo notícia veiculada no dia de ontem no jornal Gazeta do Povo, página 07, o Ouvidor Agrário do INCRA no estado do Paraná, Sr. Milton Bezerra Guedes, estaria sendo vendida, desde o ano de 2004, pela EMBRAPA, 632 hectares desta área para o INCRA, com a finalidade de assentar famílias pertencentes ao Movimento Sem Terra, que invadem e ocupam esta área sistematicamente desde o ano de 2003.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1049

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar ao Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Conjunto Urano, sito no município de São José dos Pinhais, que pedem policiamento ostensivo no local.

A incidência de assaltos seguidos de morte acontecem com grande frequência nessa região. Dias atrás, um jovem que veio da Inglaterra visitar sua mãe foi assaltado e morto à uma quadra do Módulo Policial. Esse e muitos outros casos têm interrompido a vida de cidadãos honestos, motivo pelo qual os moradores imploram policiamento ostensivo, buscando obter segurança para a população.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhada ao Exmo. Sr. Governador do Estado a solicitação de instalação de uma Companhia do Corpo de Bombeiros no município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, em razão da necessidade do município ter uma Companhia do Corpo de Bombeiros, pois o aumento populacional do município e o alto número de indústrias instaladas justificam o pedido.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 304/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas concessionárias de telecomunicações e energia elétrica, ficam obrigadas a usar tubulação subterrânea no anel central e nos bairros dos municípios do estado do Paraná, com densidade demográfica maior ou igual a 150 mil habitantes.

Art. 2º “A rede compacta” - terminologia técnica designada para nova fiação aérea - fica obrigatória em todos os municípios do estado do Paraná, independentemente do número de habitantes.

Art. 3º Fica estabelecido, para os efeitos legais, que os equipamentos de que tratam os artigos anteriores deverão ser adaptados ou substituídos no prazo máximo de 1 (um) ano no anel central e 3 (três) anos nos bairros, contados a partir de 120 (cento e vinte) dias da vigência desta lei.

Parágrafo Único. O cronograma setorial será estabelecido por órgão competente que deverá priorizar as modificações fixadas no *caput* deste artigo.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, houve um significativo aumento de atividades, de todos os setores, colocados à disposição do mercado consumidor e conseqüente aumento na demanda de expansão da rede elétrica e de telecomunicação, as quais poderiam ser subterrâneas, porém quase sempre a opção feita é aérea.

Outro absurdo constatado é de que num dos raros locais (Centro Cívico/Curitiba), onde a fiação é subterrânea, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica fixou vários postes no local.

Dispomos de exemplos desses novos serviços, a telefonia, as televisões a cabo, as infovias próprias para a internet ou para ligações dos sistemas em rede. Além disso, também dependem de redes a energia elétrica, a água canalizada e o esgoto.

Desta forma, o avanço tecnológico, o acelerado processo de ampliação das telecomunicações, os serviços

que estão sendo postos à disposição do mercado que se encontram nas grandes e médias cidades, dão conta de um novo fato no qual o local privilegiado para implantação das redes aéreas e subterrâneas é efetivação dos mesmos são os municípios.

Esta nova realidade exige dos governantes uma reflexão acerca de como equacionar o problema de modo que:

a) os serviços possam ser disponibilizados com a máxima segurança para os munícipes;

b) a disponibilização dos serviços e a respectiva implementação da infra-estrutura esteja compatibilizada com o processo de planejamento municipal;

c) a extensão das redes não pode transformar as cidades em uma gigantesca “teia de aranha” com cabos suspensos passando de um lado para o outro.

É com medidas de vanguarda como esta que cada vez mais se disponibiliza e fomenta o desenvolvimento para uma melhor qualidade de vida para toda a população paranaense.

Assim sendo solicito o apoio dos nobres Pares deste Legislativo para aprovação da referida matéria.

PROJETO DE LEI Nº 305/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade filantrópica denominada Associação Santa Casa de Misericórdia Maria Santíssima, com sede e foro no município de São Pedro do Ivaí, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, com as alterações dadas pelas Leis nº 8589/87 e 12816/99 que dispõem sobre as normas para a declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública a Associação Santa Casa de Misericórdia Maria Santíssima, com sede e foro no município de São Pedro do Ivaí/PR.

Sem fins lucrativos, fundada em 03 de março de 2006, a entidade tem por objetivo e finalidade de acordo com seu estatuto, de manter um hospital onde exercerá suas atividades, no atendimento gratuito aos pobres e necessitados, tratando os enfermos desvalidos sem distinção de nacionalidade, sexo, raça ou religião.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 306/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Instituto de Assistência Social e Saúde São José, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Assistência Social e Saúde São José, entidade sem fins lucrativos, de direito privado, qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público nos termos da Lei nº 9790, de 23 de março de 1999, e que consta do processo MJ nº 08071.002291/2005-61, do Ministério da Justiça, conforme Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, de 29 de dezembro de 2005.

O Instituto São José atende hoje mais de 20.000 pessoas do município de Laranjeiras do Sul e região.

Promove seminários, campanhas de prevenção às doenças, palestras, possui várias parcerias representativas em ação social e vários projetos de apoio e assistência social em saúde nos bairros do município, com atividades de associação de defesa de direitos sociais.

PROJETO DE LEI Nº 307/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A COPEL - O fornecimento de energia elétrica que estiver suspenso, por inadimplência do consumidor, será restabelecido pela COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica - automaticamente, com o pagamento da fatura em atraso.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, em atendimento normal, cobra atualmente, uma taxa de R\$ 16,00 para religar o fornecimento de energia elétrica, suspenso por atraso no pagamento de fatura por parte do consumidor. Essa taxa sobe para R\$ 44,00, quando o consumidor solicitar a religação em caráter de emergência.

Quem teve sua luz cortada, mesmo depois de quitar o débito, continuará sem o seu fornecimento, caso não

telefone para a COPEL, solicitando a normalização do serviço.

As empresas que operam no ramo da telefonia, fixa ou móvel, quando cortam o telefone de seus clientes com fatura pendente, restabelecem o serviço poucas horas depois de serem quitadas essas faturas em atraso. A rapidez traduz a modernidade no ramo da telefonia.

Estranhamente a COPEL, uma das maiores empresas do mundo, ainda não se modernizou na área mencionada nesta justificativa, o que, frequentemente provoca aborrecimentos aos muitos milhares de consumidores que não quitam suas contas no vencimento, e têm o fornecimento de energia interrompido, situação que pode perdurar até por alguns dias, caso o cliente não solicite a religação da energia, o que ocorre, muitas vezes, por falta de orientação da própria COPEL.

Com a aprovação deste projeto, essa desagradável situação será evitada.

PROJETO DE LEI Nº 308/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do CAIC-APAC, com sede e foro no município de Toledo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos do CAIC-APAC, anteriormente denominada como Associação de Pais e Servidores do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Vereador José Pedro Brum, fundada em agosto de 1996, sem fins lucrativos, vem promovendo a proteção social básica e/ou especial à família, à infância, e à adolescência, com incentivo da participação de pais e educandos no processo escolar, assegurando-lhes eficiência escolar e nos demais atendimentos prestados pela instituição.

Trata-se de uma entidade de caráter sócio-educativo e beneficente, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 01.609.076/0001-81, e pela sua importância e representatividade é merecedora ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 309/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o estado do Paraná autorizado a efetuar

doação à Mitra Arquidiocesana de Maringá - Arquidiocese de Maringá (CNPJ 79.154.076/0001-21) - de imóveis constituídos pelas quadras 141, com área de 6.952,03m², e 141-B, com 3.327,97m², situadas no Jardim Alvorada, no município e comarca de Maringá.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei serão específica e exclusivamente utilizados para a construção de salão comunitário onde ocorrerão celebrações da comunidade; formação para crianças e adolescentes; reuniões de moradores do bairro; reuniões de grupos bíblicos; atendimento às crianças e mães gestantes da Pastoral da Criança; representando esse espaço referencial para aproximadamente dez mil pessoas.

Art. 3º A Mitra Arquidiocesana de Maringá não pode dar destinação diversa do previsto nesta lei aos imóveis doados, ficando automaticamente revertidos ao patrimônio do estado do Paraná em caso de desvio de finalidade de uso dos imóveis, sem direito a indenização por benfeitorias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Mitra Arquidiocesana de Maringá necessita de doação dos imóveis para criar centro de referência que atenderá aproximadamente dez mil pessoas, conforme reivindicação de Dom Anuar Battisti, Arcebispo Metropolitano de Maringá.

O salão comunitário a ser construído nos imóveis também servirá de sede para a Pastoral da Criança no Jardim Alvorada, que é um dos bairros mais populosos do município de Maringá.

O trabalho social deve ser incentivado, pois através de ações da Arquidiocese de Maringá muito se faz em favor da inclusão social.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 310/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar 83, de 17 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba e Jandaia do Sul.”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do município de Jandaia do Sul na Região Metropolitana de Maringá é reivindicação daquela municipalidade.

Jandaia do Sul tem população urbana em torno de 17.500 habitantes e 2.CARLI FILHO866 habitantes residentes na zona rural, totalizando 20.366 habitantes, segundo dados do IBGE. Os munícipes de Jandaia do Sul se deslocam freqüentemente a Maringá em busca de atendimento médico em hospitais regionais, bem como em hospitais com especialidades.

Serviços públicos federais como o REDUR da CEF são centralizados em Maringá, onde também está localizada uma das mais conceituadas universidades do Paraná, a UEM. Grande número de universitários da UEM residem em Jandaia do Sul.

Apenas 40 quilômetros separam Jandaia do Sul de Maringá, facilitando o acesso dos moradores da região, efetivando a necessária conurbação para que o município seja incluído na Região Metropolitana de Maringá. As linhas de ônibus entre as duas localidades são variadas, atendendo aos moradores da Jandaia que trabalham e estudam em Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está lida, portanto, a Mensagem de aumento do funcionalismo público.

Horário das Lideranças:

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati, no Horário da Liderança do PP.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, nobre Deputado Nelson Justus, 1ª Secretária Cida Borghetti, nobre Deputado Edgar Bueno, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Inicialmente, Presidente, parabéns a V. Exa. que convocou Sessão nesta Casa de Leis para esta segunda-feira, o Congresso Nacional está paralisado, a maioria das Câmaras de Vereadores também paralisadas. Hoje, pelo noticiário da imprensa não há Sessão em quase nenhuma Assembléia Legislativa do nosso país, é quase que um fato raro o que estamos presenciando nesta tarde. E de parabéns as Sras. e Srs. Deputados que vieram trabalhar, porque essa é a nossa obrigação, o povo nos colocou aqui como representantes dos paranaenses e, evidentemente, acreditando no trabalho que cada Parla-

mentar possa desenvolver nesta Casa de Leis. Evidentemente que o Parlamentar e a Parlamentar são eleitos não para matar o serviço, e hoje vemos o comparecimento da grande maioria, alguns faltosos, mas que será possível checar mais tarde quem matou o serviço, porque estamos requerendo votação nominal, evidentemente para facilitar que os eleitores conheçam quais são os Deputados que comparecem e os que se ausentam dos trabalhos nesta Casa.

Sr. Presidente, o noticiário do início da semana é um noticiário pesado e é sobre os assassinatos ocorridos nas grandes cidades do Paraná. Só em Curitiba, a última informação, é que não são quatorze, são quinze assassinatos só neste final de semana, ocorreram mortes em Londrina, Maringá, Cascavel. Nas cidades de porte médio e em algumas cidades pequenas, o que lamentamos é o agravamento da onda de violência que continua gerando um clima de intranquilidade, de insegurança a todos os paranaenses. Apresentamos um projeto de lei no sentido que volte o módulo policial, que a Polícia Militar utilize um terço do seu efetivo trabalhando no módulo policial no bairro, perto da população. E esperamos que esse projeto seja aprovado. Ainda hoje tem um caso, aqui, grave na imprensa, em Arapoti, onde dois criminosos, assassinos de um vigilante de Arapoti, no norte pioneiro, renderam o carcereiro da Delegacia de Polícia e fugiram - pasmem os senhores, utilizando qual veículo para fugir, Sr. Presidente - utilizando a viatura da própria Polícia Militar do Paraná! É um caso de extremo atrevimento que mostra o nível de segurança que a população está tendo, ou seja, o nível da quase total falta de segurança, um clima de insegurança total que se espalha pelo Paraná. Isso vai acabar espantando investidores, este noticiário se propaga pelos jornais, pela internet, pela TV, pelo rádio. Empresário do nosso país e até do exterior quando acessar a internet, por exemplo, o empresário que estiver desejoso de montar a sua empresa no Brasil muito provavelmente vai refugar o Paraná por considerar um estado inseguro. Estado que não tem segurança espanta até os investidores, para não falar de uma outra família que acaba mudando, se retirando do estado, com medo de acontecer um fato mais grave com seus filhos, temendo pela vida, temendo pela falta de segurança para si e para seus filhos.

Então, Sr. Presidente, aproveito este início de semana, véspera do feriado do trabalhador e da trabalhadora, para continuar defendendo nosso projeto que prega a volta do módulo policial.

Aproveitando, Sr. Presidente, há uma choradeira tremenda pelos corredores da Assembléia, um aumento que não saiu para os servidores da Assembléia. Não é aumento para Deputado, não! Os funcionários dessa Casa continuam chorando porque há mais de 10 anos não tem aumento nessa Casa! Tem também aí a URV, Unidade de Referência de Valor, Sr. Presidente, tem Poder vizinho a nós aqui que já pagou essa URV para seus funcionários há mais de 3 anos. Não é um privilégio, é apenas a obri-

gação da Assembléia Legislativa e, conhecendo a postura do grande estadista, do grande lorde que é Nelson Justus, eu não tenho dúvida que V. Exa. vai fazer aqui - porque é um benefício, é uma correção que se arrasta há quase 20 anos - a correção dessa URV que os servidores e servidoras da Assembléia Legislativa estão reclamando!

Por último, Sr. Presidente, parabéns, mais uma vez, pela felicidade de ter convocado a Sessão, pegaria muito mal, junto ao povo do Paraná se esta Casa hoje estivesse fechada. Aproveitamos o ensejo para homenagear o trabalhador, a trabalhadora, o aposentado, o desempregado, os servidores públicos municipais, estaduais e federais, os trabalhadores e trabalhadoras do campo, as domésticas, os bancários, comerciários, os profissionais liberais, os jornalistas, os radialistas, os homens de rádio, jornal e de televisão, os garis, os coletores de lixo, os operários, os funcionários da COPEL, da SANEPAR, enfim a cada trabalhador.

Sobretudo, Sr. Presidente, manifestar que Deus abençoe as nossas autoridades para que um dia possamos ver todos os brasileiros de boa vontade com seu emprego assegurado, porque amanhã certamente, muitos trabalhadores, homens e mulheres estarão se lamentando por não poder comemorar a data por estar desempregados! Pessoas muitas das quais já devem ter gastado a sola do sapato batendo de porta em porta, nas indústrias, indo atrás de rádio, de jornal, em busca de emprego e o emprego no Brasil está cada vez mais escasso! Tem muita gente competente, tem muita gente de boa vontade que está em casa, desesperado, porque quer se sustentar com o fruto do suor do seu trabalho, tem família para sustentar, mas lamentavelmente, o Brasil, talvez por esta política econômica de recessão, está enxugando, está encurtando, está diminuindo o emprego. É difícil uma família que não tenha um filho desempregado, um parente que quer trabalhar, a esposa que quer trabalhar para ajudar no orçamento da casa, mas lamentavelmente, não há emprego para todo mundo! São milhões de brasileiros que vão estar amanhã, dia 1º de maio, com a cara triste, com o coração partido porque não trabalham, porque não há trabalho!

Parabéns aos trabalhadores e trabalhadoras, parabéns aos aposentados e a nossa homenagem - e que Deus abençoe - em especial aos trabalhadores que estão desempregados!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria em primeiro lugar, de transmitir a esta Casa a mensagem do Governador. Como V. Exas. podem ter lido nos jornais, ele recebeu num almoço a ex-Vice-Governadora do Estado do Paraná a Sra. Emilia Belinati. Houve, efetivamente, por parte do Governador, a intenção de que a Dona Emilia Belinati, pela sua história, pelo papel que teve durante aquele período conturbado que foi o período da gestão do Governador Jaime Lerner, aquele furacão que passou pelo Paraná, há de se reconhecer que a figura da Dona Emilia Belinati se destacou justamente pela extrema seriedade, pela postura extremamente sóbria com que sempre exerceu a função de Vice-Governadora e no exercício inclusive de Governadora. E por ela ser uma pessoa merecedora do respeito de todos os paranaenses, é que o Governador Requião formulou a possibilidade de tê-la integrando os quadros da administração pública do estado do Paraná.

Fica, por parte do Governador Requião, o maior respeito pela nossa ex-Vice-Governadora, as portas do governo do Paraná sempre estarão abertas. Ela optou em permanecer na função que exerce junto ao Executivo Municipal, mas sempre será uma pessoa merecedora do nosso respeito. Então, a respeito das notícias de jornal, me pediu ele para que pudesse transmitir a todos esse posicionamento de extremo respeito em relação a Dona Emilia.

Queria também, Sr. Presidente, aproveitar esse Horário da Liderança do Governo para responder ao nosso nobre colega Deputado Ney Leprevost, sobre um requerimento de pedido de informação que ele fez à Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

(Lê):

REQUERIMENTO

“Requer informações à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para que responda ao seguinte questionamento:”

1 - Qual o andamento dado, por esta Secretaria, aos repasses do Fundo de Desenvolvimento Urbano ao município de Curitiba, suspenso em setembro de 2006?

2 - O que motivou tal decisão?

Sala de Sessões, em 17.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento se faz pertinente em razão de informações que dão conta da suspensão dos repasses do Fundo de Desenvolvimento Urbano ao município de Curitiba, desde setembro de 2006.

Destaque-se que tais valores são fundamentais para o município, pois vários projetos dependem destes recursos, tais como pavimentação de ruas nos bairros, implantação de anel viário e recuperação de avenidas.

A prefeitura municipal de Curitiba deve ao Estado, pelas obras do Contorno Norte e sua complementação, em torno de R\$ 14 milhões de reais.

O Governo do Estado do Paraná repassou, à prefeitura municipal de Curitiba, R\$ 12.004.216,00, para 12

Postos de Saúde e um Laboratório Municipal de Análises Clínicas.

O Governo do Estado construiu o Hospital de Reabilitação do Paraná em área da Associação Paranaense de Reabilitação, no montante de R\$ 35 milhões, entre construção e equipamentos.

Em 09/02/06, o Governo do Estado, através do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, repassou, mediante convênio, R\$ 2,5 milhões para melhorar a sinalização viária do município de Curitiba.

A prefeitura municipal de Curitiba também deve ao Governo do Estado, por inadimplência do pagamento da dívida da Cidade Industrial de Curitiba, o montante de R\$ 253,8 milhões. O não pagamento dessa dívida prejudica novos investimentos em todos os municípios do Paraná e impossibilita que o Governo do Estado possa repassar, a qualquer título, novos recursos ao município de Curitiba. A dívida está sendo executada em juízo e a prefeitura de Curitiba está inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN.

Era isso, Sr. Deputado Ney Leprevost, respondendo de forma objetiva, ao requerimento formulado por V. Exa., no sentido de poder bem informar a esta Casa, sobre aqueles temas, como eu sempre tenho dito, dos requerimentos que são eminentemente políticos. Penso que aqui está uma resposta formulada a V. Exa., da forma mais respeitosa possível. V. Exa., que foi Vereador e Deputado eleito por Curitiba.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Um aparte, se possível.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu só queria concluir, não terminei ainda o meu informe. Se é um aparte, Sr. Presidente, eu respondo, só queria que fosse regimental.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Na verdade, é só uma pergunta. Essa resposta virá por escrito?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Já está sendo formulada oficialmente pela Liderança do Governo. A resposta com as notas taquigráficas.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Eu agradeço.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

A qualquer Deputado que me pedir aparte, sempre concederei, mas bom é fazer pelo Regimento para que não nos percamos.

Eu queria manifestar à Casa, que tenho encaminhado ao Srs. Deputados, um projeto de lei da nossa autoria, apresentado na última semana, que trata de uma questão extremamente importante para os municípios -

principalmente para o Deputado que tem base municipalista - que trata do ensino fundamental de nove anos e que tem sido objeto de uma grande polêmica. Apresentamos um projeto de lei que procura regulamentar, de uma forma definitiva, esse tema que tem sido tratado até pelo Judiciário, quando o tema tem que ser tratado por especialistas da área da educação e cumprir a legislação federal e estadual, na medida em que a Assembléia Legislativa tem competência de definir que pode ingressar no ensino fundamental, de nove anos, a criança que complete seis anos, até a data do ano letivo em curso.

Por isso pedi a V. Exas. que observem esse projeto de lei que é da maior importância, porque ele implica em separar claramente o que é educação infantil e o que é ensino fundamental. Nós temos tido um debate sobre esse tema que muitas vezes está emocionalizado, quando é necessário que os sistemas de ensino municipais possam estar adaptados para receber as crianças de seis anos e não de cinco anos, no ensino fundamental.

Era isso Sr. Presidente, e depois, durante os requerimentos, estabeleceremos um debate, mas queria chamar a atenção dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra à Liderança da Oposição.

Com a palavra, o Sr. Elio Rusch.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela ordem)

Para agradecer a presença entre nós, do ex-Vereador de Campo Mourão, Edevalcir Ferreira Maia, da área de comunicação e do Gabriel Betti que está ali. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos à Casa.

Com a palavra, o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Há questão de 4 anos, a Assembléia Legislativa criou uma CPI da Reforma Agrária, no estado do Paraná. Naquela ocasião um amplo trabalho foi realizado, tanto recolhimento de informações e oitivas das mais diversas entidades ligadas ao Movimento Social, assim intitulada pelo MST, bem como das entidades que também representavam o setor produtivo.

Após isso, nós realizamos, no ano passado, criamos uma Comissão Especial para investigar fazendas invadidas e com a reintegração de posse já conferida pelo Poder Judiciário aos seus legítimos proprietários. Essa Comissão Especial realizou um amplo trabalho, nós visitamos as quatro fazendas objetos desta Comissão especial, e constatamos que todas as fazendas...

(ininteligível)

Esse é o trabalho, Srs. Deputados, que nós realizamos, da Comissão Especial e que foi aprovada aqui, na Assembléia Legislativa, por unanimidade de votos.

Naquela ocasião, nós demos um prazo pelo relatório de 60 dias, para que o governo fizesse a reintegração de posse. Caso o governo não a fizesse, o Governador seria enquadrado no crime de responsabilidade, por desobediência a uma ordem judicial. O não cumprimento a uma ordem judicial, Srs. Parlamentares, incorre num crime de responsabilidade. Foi isso que o Governador fez, caso ele não venha a cumprir a reintegração de posse.

Deputado Caíto Quintana, esse prazo já passou e a Assembléia Legislativa tem aprovado o relatório da Comissão Especial. Nós esperamos que o Governador do Estado faça a reintegração dessas fazendas invadidas.

Além disso, gostaria de informar aos senhores e à imprensa do Paraná, que a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, criou uma sub-comissão, tipo uma CPI da própria Comissão da Câmara Federal, é a Proposta de Fiscalização e Controle. O relator dessa Proposta de Fiscalização e Controle, Srs. Deputados, é o Deputado Eduardo Sciarra, com o objetivo específico de verificar *in loco* a situação da Fazenda Syngenta, localizada no município de Santa Teresa do Oeste, próximo de Cascavel, invadida e com a reintegração de posse já concedida pela Justiça.

Vamos lembrar para os srs. Parlamentares, o que aconteceu com a Fazenda Syngenta. No ano passado, 2006, no mês de março ou abril, houve o COPE-8, aqui em Curitiba. Uma organização da ONU, para debater a questão do meio ambiente, do mundo. Curiosamente, no segundo dia desta reunião em Curitiba, houve a invasão da Fazenda Syngenta, diga-se de passagem, não é uma fazenda de produção, mas é uma fazenda de pesquisa. Houve imediatamente o pedido dos proprietários para a reintegração de posse dessa fazenda. O que aconteceu? A Justiça concedeu e o Governo não cumpriu.

Num segundo momento, a Justiça determinou uma multa para o Governo do Estado de R\$ 50 mil, caso ele não viesse a cumprir a decisão de reintegração de posse a partir de um determinado período. Passado esse período, ou quase expirando o período, o que o Governador fez? Decretou a fazenda de utilidade pública para fins de desapropriação. O que os proprietários das fazendas fizeram novamente? Entraram na Justiça e argüiram a inconstitucionalidade desse decreto. A Justiça deu uma liminar, dizendo que o decreto era ilegal. Semana passada, dia 25 de abril, esse decreto caiu, não existe mais e a Justiça determinou ao Governo do Estado do Paraná, deu prazo de quinze dias para desocupar a fazenda. Se nesse prazo de quinze dias a contar do dia 25 de abril não se desocupe essa área, aplica-se uma multa de R\$ 50 mil reais diários pelo não cumprimento da decisão da Justiça.

Tive a oportunidade, a convite dessa sub-Comissão da Agricultura da Câmara Federal, a convite do seu relator Eduardo Sciarra, de acompanhá-lo à Fazenda Syngenta. Lógico que não poderíamos ir sozinhos, quem nos

acompanhou foi a Polícia Federal de Cascavel. Entramos na Fazenda Syngenta - e diga-se que, após a invasão, fomos os primeiros a visitar a Fazenda Syngenta - fizemos a visita *in loco* e o que é que nós constatamos? Tinha chiqueiro de porco. Quer dizer, qualquer pocilga nas proximidades, Deputado Zucchi, numa reserva permanente, são autuados e multados. Inclusive recebi hoje um fax de um agricultor do oeste do Paraná que são autuados pelo fato de despejar dejetos naquele manancial. E o que é que nós constatamos, Srs. Deputados, na Fazenda Syngenta? A criação de suínos dentro da área da Fazenda Syngenta! Criação de suínos, os animais foram soltos, estão dentro daquela reserva! E o que é que o IBAMA faz, qual é a diferença de um proprietário de uma terra, se ele comete qualquer crime, se ele derrubar uma árvore sem licença, ele é multado. Mas a Via Campesina, Srs. Deputados, o MST pode tudo e não acontece nada! Pior de tudo, o Governador do Estado do Paraná não cumpre uma decisão da Justiça! A Syngenta no município de Santa Tereza não é uma fazenda de produção, é uma fazenda de pesquisa. Quando os governos estaduais, não só o governo do Paraná, governo federal não investem o suficiente na pesquisa para que os nossos agricultores possam produzir mais e reduzir seus custos de produção?

Uma fazenda particular, uma empresa particular, que investe na pesquisa tem sua área invadida e se não bastasse, o crime que o MST ou a Via Campesina cometeram no Rio Grande do Sul quando destruíram mais de vinte anos de trabalho e pesquisa! E aqui no Paraná não é diferente. Não se cumpre uma decisão da Justiça para reintegrar os seus legítimos proprietários num campo de pesquisa, não posso conceber isso! Quando o mundo inteiro precisa e nós não podemos cruzar nossos braços e fechar os olhos diante da necessidade de pesquisa tão necessária!

Citei uma vez, Srs. Deputados, quem de nós não conhece os campos de Guarapuava? Deputado Antonio Belinati, na região de Guarapuava, na região de Três Pinheiros, bem no trevo que vai a Pato Branco e Guarapuava, há vinte anos atrás se alguém ganhasse cem alqueires de terra: "dou de presente para você cultivar essa área", as pessoas iriam agradecer. "Muito obrigado, eu não quero!" Porque não se produzia nada naquela área. Era uma terra pobre e não tinha forma de você cultivar qualquer cultura e o que se faz hoje nessa área? Se produz mais milho nessa região de Guarapuava do que na região do oeste do Paraná, que é uma terra fértil. E por que é que nós cultivamos esse milho naquela região? Estou citando uma área, uma região do estado do Paraná. Por que produzimos tanto? Porque houve a pesquisa! Deu-se liberdade para a ciência, para que a tecnologia pudesse pesquisar qual é a melhor semente, o que você tem que fazer para corrigir exatamente o solo.

Então, tudo isso foi feito graças à pesquisa. E agora, aqui no estado do Paraná, o IAPAR, que não tem condições, o IAPAR é um instituto público, um instituto de pesquisa aqui do estado do Paraná, e o governo não dá

os recursos necessários para que eles possam desenvolver mais e mais pesquisas, como o próprio TECPAR. Por que é que não se faz? Por falta de recursos.

Agora, quando tem uma entidade, uma empresa particular que investe nas pesquisas, para que nossos agricultores possam produzir mais, cada vez mais e mais, sua terra é invadida e o Governador não cumpre a decisão, decreta a área como de utilidade pública para fins de desapropriação.

Valdir Rossoni, aonde é que nós chegamos! Felizmente a Justiça do nosso estado, entendo que fez justiça, mais uma vez. Vamos ver qual será a reação do Governador, agora. Dia 25 de abril, semana passada, a Justiça deu 15 dias para o Governador cumprir a reintegração de posse. Expirado o prazo e nos cálculos, rapidamente, do dia 25 de abril, o prazo termina dia 10 de maio, semana que vem, se o Governador não cumprir, multa diária de 50 mil reais.

Será que é mais um passivo que a sociedade do estado do Paraná vai ter que pagar, pós era Roberto Requião? A sociedade vai ter que pagar os prejuízos e as ações que estão na justiça, hoje, do Porto de Paranaguá, da COPEL, da UEG, da SANEPAR e tantas outras entidades mais?

Olha, vamos administrar o estado do Paraná com responsabilidade. O estado é nosso. Ele não é do Governador. Ele é do Governo do Paraná. E o Governo do Paraná é a sociedade e o povo do Paraná.

Seriam estas as informações que eu queria trazer no dia de hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, tomo a liberdade para pedir humildemente a V. Exa.: é que eu não poderia deixar, nesta véspera de Dia do Trabalhador, de fazer um registro de gratidão a um grande brasileiro, da pequena cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, que foi o homem que criou a Lei da Previdência Social, e que no comando da Chefia do Governo brasileiro, como Presidente do Brasil, foi o maior amigo da classe trabalhadora do nosso país, Getúlio Dornelles Vargas!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Pela Ordem)

Queria justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin, que está participando das organizações do Dia 1º de Maio, que será comemorado amanhã na região sudeste.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bem a propósito, esta Presidência tem a satisfação de registrar que estamos hoje com um quórum privilegiadíssimo: 35 Sras. e Srs. Deputados estão presentes. Em nome da Assembléia Legislativa, de toda a Mesa Executiva, quero cumprimentar e agradecer aos Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 015/07, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que visa estabelecer índices e critérios para reajustar os vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo do Estado do Paraná, cumprindo o inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual em relação a revisão geral anual. **À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.**

Indicação nº 085/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo a doação de materiais a serem utilizados na operação tapa buracos entre a Prefeitura Municipal de Jacarezinho e a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná para calçamento de rua. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 086/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo a construção de cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Manoel Sebastião Gonçalves do município de Tomazina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 087/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Secretário da Educação a cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Presidente Kennedy, em Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa consulta ao Deputado Antonio Belinati, que requereu votação nominal para o primeiro projeto, se ele permanece com esse desejo?

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, V. Exa. está de parabéns e todos que compareceram, mas V. Exa. mesmo mencionou que são 35 Deputados que compareceram, tem 19 que mataram o serviço. Acho que por dever de justiça, devemos registrar quem veio trabalhar e quem não compareceu nesta segunda de céu de brigadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Requerimento nº 1032 de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati está em votação. Requer votação nominal do Projeto de Lei nº 113/07, item 01 da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Será feita, portanto, a votação nominal do primeiro projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti.

Discussão/ Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 113/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

A emenda de Plenário em questão, tem como objetivo suprimir a expressão “na recomposição de matas ciliares” do inciso III do artigo 6º do projeto de lei em análise.

Fundamentação

Tal emenda se faz necessário devido à presença de uma imprecisão técnica, conforme elucida a justificativa da emenda supressiva, pois a recomposição de matas ciliares não deve ser feita por culturas que não são naturais a cada região, sendo que estimular o plantio de bambu nessas áreas pode acarretar diversos danos ao meio ambiente.

Expostos esses motivos e tendo em vista que a adoção da emenda sugerida não entra em conflito com o projeto de lei em exame, servindo inclusive para melhor esclarecê-lo, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Professor Luizão, Nereu Moura, Carlos Simões, Mauro Moraes e Pastor Edson Praczyk.

Solicito, então, ao 1º Secretário, Deputado Edgar Bueno, que proceda à chamada nominal.

Os Deputados que forem favoráveis ao projeto votam com a expressão SIM; Deputados que forem contrários ao projeto votam com a expressão NÃO. Por favor, 1º Secretário Edgar Bueno.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edgar Bueno)

(Procede à chamada nominal para votação)

Trinta e quatro Srs. Deputados responderam a chamada.

Trinta e quatro votos SIM.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está aprovado o projeto, artigo por artigo.

Está em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 210/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto Bom Aluno do Brasil, com sede e foro no município de Piraquara. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 212/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Vila dos Ofícios I e II, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 219/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação Educacional de Desenvolvimento Humano Social - ADES, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/07, de 04/04/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/07, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 228/07 - GP, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências. PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a AMOJI - Associação de Moradores Jardim Itaipu, com sede e foro no município de Araucária. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública o Núcleo de Criadores de Ovinos da Região de Maringá - OVINOMAR, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação de Defesa ao Meio Ambiente de Reimer, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera a Lei nº 14095, de 17 de setembro de 2003, que declarou de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Olavo Bilac, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 165/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, altera a Lei nº 14095, de 17 de setembro

de 2003, que declarou de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Olavo Bilac, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto BS Colway Social, com sede e foro no município de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 211/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública o Instituto BS Colway Social, com sede e foro no município de Piraquara.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação São Francisco de Assis de Pinhão, com sede e foro no município de Pinhão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/07, de 17/04/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 267/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declara de utilidade pública a Associação

São Francisco de Assis de Pinhão, com sede e foro no município de Pinhão/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 982, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Plauto Miró e demais Srs. Deputados, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

Queria dizer que as informações que me foram prestadas pelo Deputado Valdir Rossoni são procedentes. Esse requerimento já foi apresentado no ano passado, a resposta da Secretaria do Desenvolvimento Urbano é considerada insatisfatória e penso eu que ele especifica e por isso tem essa complexidade de petição inicial, e na verdade diria que é quase uma contestação à petição inicial formulada, mas é absolutamente procedente e queria encaminhar favoravelmente à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1003, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, na última sexta-feira acompanhei o Secretário da Saúde, Cláudio Xavier, junto com o nosso Líder do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi, à nossa querida cidade de Ponta Grossa, junto com o Vice-Líder do PT, que representava a Liderança do PT naquela ocasião, Deputado Luizão, além de terem comparecido como convidados o Deputado Péricles e também, no momento da coletiva, compareceu o Deputado Marcelo Rangel, que inclusive se integrou e pôde até formular perguntas.

Fomos justamente tratar desse tema, porque nesta Casa temos visto ser travado um debate sobre a questão da saúde pública no município de Ponta Grossa e acreditei que era importante que fôssemos até o município de Ponta Grossa. Havia convidado também o Deputado Jocelito a comparecer, mas por razões diversas não pôde. Mas, ficou bem esclarecida essa questão que envolve os leitos de UTIs que estão esperando para serem implantados.

Então, queria, na verdade, Sr. Presidente, encaminhar esse requerimento favoravelmente. O requerimento é importante e esclarece ao Parlamentar uma questão que na minha avaliação é extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento nº 1006, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, com apoioamento dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Encaminhe-se à Comissão Executiva.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

o autor desse requerimento, Deputado Ademar Traiano, que fez pronunciamento sobre tema, levantou uma questão que na leitura simplista da Constituição Estadual fica evidente que é necessário oferecer o detalhamento das ações e programas quando você encaminha a LDO à Casa - quando o Governo encaminha, eu digo que é a Secretaria do Planejamento. E na verdade as explicações dadas pelas Secretaria do Planejamento são no sentido de que nos anos em que há por obrigação constitucional a necessidade do envio do PPA, o Plano Plurianual, a LDO não contempla a apresentação específica desses itens. Me parece, Deputado Durval Amaral, eu confesso que parece óbvio se apresentar, de fato, aquilo que fixa as diretrizes e programas do próximo período. Agora, de fato a fundamentação da Secretaria do Planejamento é interessante, mas se nós vamos apresentar até setembro o Plano Plurianual que vai ser votado por essa Casa, que vai valer a partir do ano que vem, 2008 e vai valer para o próximo período de 4 anos, me parece, de fato, um pouco contraditório, ou nós vamos antecipar o PPA relativamente ao exercício de 2008 ou vamos ter um PPA diferente talvez daquilo que vier fixado nas diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008.

Eu penso, Sr. Presidente, que o requerimento do Deputado Traiano é um requerimento que atende, claro, tenta prorrogar o prazo, mas acho que isso não resolve. Me parece que temos que esclarecer o tema com a Secretaria do Planejamento. O que a Secretaria do Planejamento alega? Alega que nos períodos anteriores à elaboração do PPA essa norma que o Planejamento está seguindo já foi seguida, e salvo melhor juízo, me parece

absolutamente razoável o argumento, ou seja, o que vai valer no ano que vem é a LDO com o PPA que você estabelece, como você vai fixar diretrizes ou antecipar?

Eu penso que o requerimento do Deputado Traiano poderia talvez até ser objeto de deliberação da Casa mas penso que esta Presidência deveria ser socorrer da assessoria jurídica da Mesa e tentar estabelecer com a Secretaria do Planejamento uma questão que possa esclarecer esse tema para que possamos decidir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, a preocupação do Deputado Ademir Traiano tem fundamento, porque pela primeira vez, pelo menos desde que nós acompanhamos aqui a apresentação da LDO, não são estabelecidas as metas e as prioridades. Por essa razão é uma preocupação da Deputada Cida, é uma preocupação do Deputado Traiano, eu acho que a melhor saída para esta situação seria nem adiar, encaminhar, devolver a LDO para a Secretaria ou para o Governo, melhor dizendo, para que o Governo estabeleça as metas e as prioridades. Porque nós não temos aqui, Sr. Presidente, como apresentar uma emenda estabelecendo as metas e as prioridades, porque isso é prerrogativa do Executivo, nós não podemos estabelecer as metas e prioridades do Executivo!

Eu, sinceramente, acho que há um equívoco do Governo em encaminhar para cá a LDO sem esses fundamentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência consulta as Lideranças. Uma pena que o autor do requerimento não esteja presente, mas ele é firmado por diversos Srs. Deputados, e esta Presidência poderia avocar para si um contato com a Secretaria do Planejamento e encontrar aí uma maneira que atenda as partes.

Eu vejo que o requerimento tem partes, sim, bem fundamentadas, eu poderia conversar para ver se quarta-feira poderíamos ter uma definição. As Lideranças estão de acordo? Então adia-se até quarta-feira.

Requerimento nº 1000, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Queria encaminhar esse requerimento favoravelmente. Estive visitando a obra, são mais de 150, 200 trabalhadores, é uma obra fantástica do Hospital Regional de Ponta Grossa. Quero encaminhar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 1002, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero dizer o seguinte: os outros requerimentos me pareceram muito objetivos. Esse requerimento está de fato com aquela amplitude que me parece um tanto complexa para ser respondido. Penso que se fosse mais específico nós poderíamos encaminhar favoravelmente, ou então que encaminhasse via Liderança do Governo. Consulto o autor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Como o Deputado Romanelli está com o coração muito bom - acho que foi depois de ter passado por Ponta Grossa e ter se sensibilizado com a Regional de Saúde lá em Ponta Grossa, que está uma beleza. Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Retirado pelo autor.

Requerimento nº 1007, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para discutir. Qualquer empresa de Curitiba fornece a um custo de 25 reais a fita com a “escola” de Governo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

O Deputado Romanelli não precisa me ensinar a trabalhar com comunicação, faz 25 anos que trabalho em rádio e já trabalhei em televisão. Eu quero a fita oficial, a fita vindo por esta Casa, porque acho importante começarmos a ter as coisas legalizadas, aqui. Fiquei muito preocupado com o pronunciamento feito pela Oposição que o Governador, durante a “escolinha”, teria dito que tem cotas de ambulância lá. E como eu já não estou indo na “escolinha” - antes eu ia bastante, gostava de ir lá - estou preocupado e querendo saber mais sobre essa história. Pedi a fita oficialmente. Acho que é trâmite legal, basta a nossa TV Educativa. Requeri uma fita e não tem problema nenhum de forma legal. Outro dia fiz um pedido de informação ao governo, e o governo de forma estranha - fiquei perplexo, perguntei ao Governador... Ele falou muito no final do ano de um ajuste de conduta com o Ministério Público, ele disse que tinha dado dinheiro além do orçamento do Ministério Público. Aí formulei um requerimento, que foi aprovado por esta Casa, naquele período extraordinário. E aí, para surpresa minha, dali uns dias depois do pronunciamento do Governador, para surpresa minha, recebo da Chefe da Casa Civil em exercício, a Jussara Gusso me manda um requerimento dando a seguinte resposta: “o senhor deve fazer esse requerimento ao Procurador Geral e não ao

Governador”. Mas como? Se o Governador disse que teve um ajuste de conduta, está na imprensa e daí o Ministério Público diz que ele mentiu e eu peço a ele e diz que não pode, que é o Procurador, então eu enviei o pedido ao Procurador.

Só lamento, Sr. Presidente. Isso é um desrespeito. Quando a Casa faz um pedido, o Secretário tem que responder. Por que não responder, se foi o Governador que disse que fez um ajuste de conduta com o Ministério Público? Aí o Ministério Público veio e disse que não fez, que é mentira. Eu peço ao Governador e o Governador diz que não pode responder. Então, é aquele velho ditado: “A língua é o chicote...”. Então, é o que está acontecendo aí, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Para Encaminhar).

Sr. Presidente, até para corroborar com o Deputado Jocelito Canto, encaminhando favoravelmente esse requerimento, tomando como base uma situação vivida por este Parlamentar. Em um programa encabeçado pelo Deputado Jocelito Canto, a imprensa toda sabe e os Parlamentares também, o Sr. Governador fez uma menção mentirosa a meu respeito, o que originou duas ações das quais a ação de danos morais. Apensamos ao processo a gravação da fala do Sr. Governador no programa do Deputado Jocelito Canto. Tivesse este parlamentar exigido da emissora a gravação oficial, a ação contra o Governador já estaria mais adiantada, porque, veja bem, Deputado, nós fizemos a degravação da fita, inclusive utilizando uma taquígrafa do Estado, uma taquígrafa oficial, conforme é exigido no processo, mas uma das partes, o Secretário Airton Pizetti exigiu da Justiça, que um perito confirmasse que aquela gravação era verdadeira, necessidade essa que não seria exigida, caso a fita tivesse vindo oficialmente.

Então, concordo com o Deputado Jocelito Canto e encaminhando favorável ao seu requerimento, para que o colega não tenha a dor de cabeça que eu estou tendo, postergando-se assim a conclusão do processo, se porventura ele vier a necessitar abrir uma ação contra o estado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero encaminhar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em votação.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimento nº 1016, de autoria dos Srs. Deputados Ribas Carli Filho e Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1050, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1019, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1020, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1021, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1023, 1025 e 1026, de autoria do Sr. Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1027, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1030-A e 1031, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1034, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1035, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1036 a 1041, 1043 a 1046, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Questão de Ordem)

Não entendi, V. Exa. está encaminhando um requerimento do Deputado Péricles que não está presente na Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não é o primeiro requerimento que nós votamos hoje.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Questão de Ordem)

Só para compreender.

O Deputado Péricles não apareceu, não está na Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Alguns assessores nos forneceram o requerimento e nós lemos. Aliás, não é o único Deputado que teve o seu requerimento votado mesmo não estando aqui e é regimental.

Requerimento nº 1042, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1047, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1048, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1017, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1049, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, no dia 4 de abril, apresentamos um requerimento pedindo informações à ParanaPrevidência. Tivemos um entendimento com o Líder do Governo, para que nós pudéssemos retirar o requerimento e no prazo de cinco dias, a Secretaria da Administração, passaria as informações.

Foi dia 4 de abril e não é nada complexo. Apenas se houve uma reunião no Conselho ou não. O Deputado Romanelli nos informou, na semana passada, aqui na Assembléia Legislativa, que não havia essa reunião para mudar o Estatuto da ParanaPrevidência. Mas, pedi ao Deputado Romanelli, como Líder do Governo que nós recebêssemos essa informação, oficial. Já que se tratava de um requerimento de informações, nós retiramos da pauta, diante de um entendimento que nós mantivemos com a Liderança do Governo. O Deputado já me informou extra-oficial, palavra dele. Mas, o que nós queremos efetivamente é que a Secretaria nos comunique oficialmente, em se tratando de um requerimento de informações. Espero que os secretários atendam, exatamente, o Líder do Governo diante das negociações que nós fizemos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Apenas para informar o Deputado Elio Rusch, que nós efetivamente recebemos da Secretária Maria Marta a informação solicitada pelo Deputado Elio Rusch, que não houve reunião do Conselho.

Agora, a informação é essa e oficial, que me foi passada pela Secretaria da Administração do Estado. A resposta está dada. Não tenho como produzir um ofício com a palavra não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O requerimento foi aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Não. Não foi aprovado, foi um acordo da Liderança. Salvo, só se for o caso do Deputado Elio Rusch, por alguma razão necessitar de um documento oficial, para ingressar com alguma ação judicial.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Acho que é isso que o Deputado está pedindo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Se for isso, por óbvio nós poderemos encaminhar.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, há questão de 20 ou 25 dias atrás, esta Casa aprovou em plenário três pedidos de informações de nossa autoria relacionados à SANEPAR. Pedidos esses que nada têm a ver com o assunto que o Dr. Stênio Jacob veio abordar aqui na semana passada. Um dos pedidos é relacionado aos índices parasitológicos do esgoto que está sendo distribuído pela SANEPAR e pela EMATER para lavouras.

Outro pedido é sobre o convênio da SANEPAR com o município de Curitiba e deve-se a uma denúncia de que existiram 1.200 pontos de despejos de esgotos nos rios de Curitiba, e um terceiro pedido é também relacionado com a questão ambiental.

Gostaria de pedir encarecidamente ao meu amigo que muito respeito, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que através da Liderança do Governo, seja solicitado à SANEPAR que responda o mais rápido possível essas questões, assim como está fazendo em relação a pergunta formulada sobre o Fundo de Desenvolvimento Urbano que o Deputado já anunciou aqui que me encaminhará a resposta por escrito já nos próximos dias.

Obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Apenas para registrar aqui na tribuna de honra de nossa Casa o nosso Prefeito de Arapoti Luiz Fernando de Mazi, que visita essa Casa de Leis.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado!

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 02 de maio, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n° 058/07 e dos Projetos de Lei n°s 224 e 229/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 113 e 151/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 165, 211 e 267/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 121, 136, 190, 252, 259, 261 e 269/07.

Levanta-se a Sessão.